

Sustentabilidade em Foco

Política ambiental no Brasil



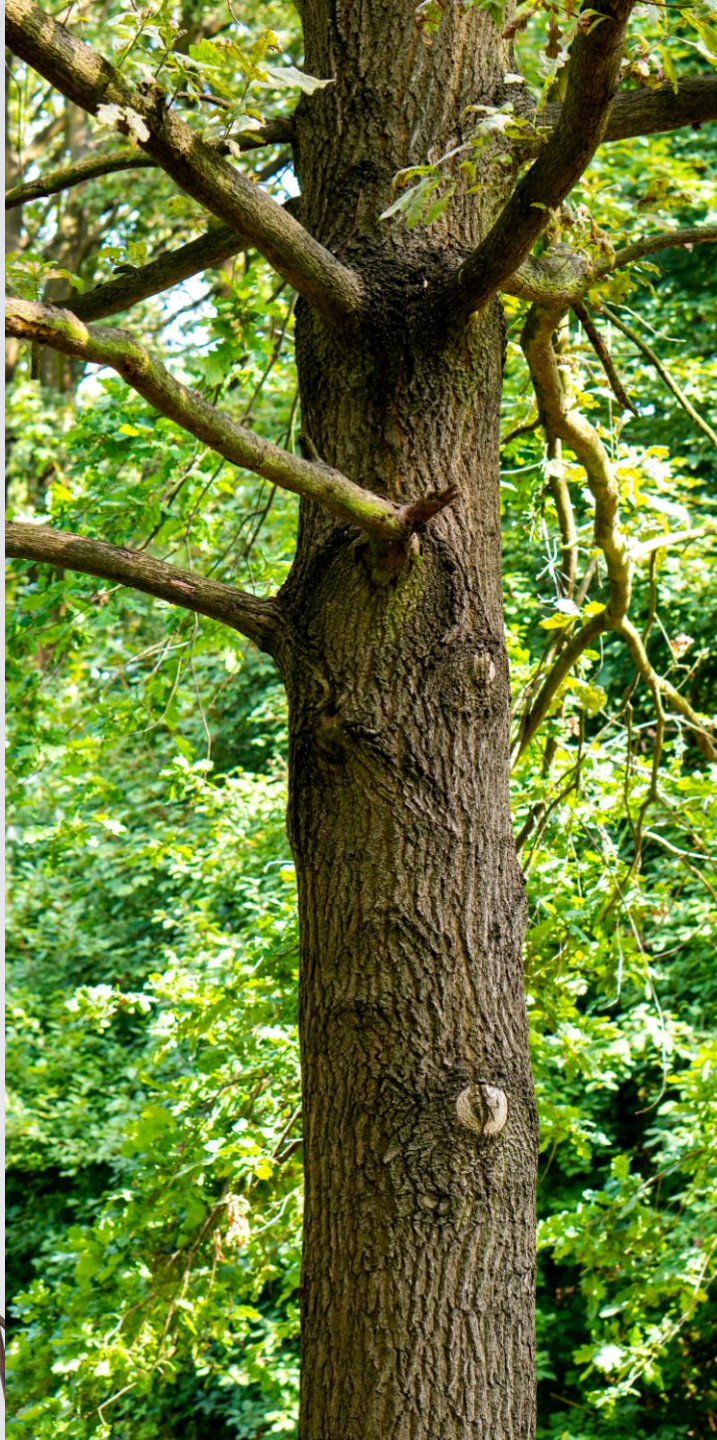
Agenda ambiental

Logo no primeiro dia de mandato, Lula assinou quatro decretos relacionados ao tema, destacando o combate ao desmatamento e a recriação do Fundo Amazônia. No Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, Lula, acompanhado da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, firmou nove atos que reforçam o compromisso do governo, com destaque para a retomada de comitês e comissões sobre mudança do clima.

No entanto, a gestão enfrenta desafios internos devido a divergências entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico, além da necessidade de obter apoio do Congresso Nacional para implementar suas propostas, especialmente nesse segundo semestre, quando se espera que sejam enviadas diversas medidas relacionadas ao Plano de Transição Ecológica.



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aposta na transição ecológica como impulso ao crescimento econômico do Brasil e como a principal marca do seu terceiro mandato.



Disputa interna

Petrobras x Ibama



X



A disputa entre a Petrobras e o Ibama em relação à autorização para a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas teve repercussões políticas significativas, como a saída do senador Randolfe Rodrigues do partido Rede Sustentabilidade e a forte reação no Congresso Nacional. Essa polarização reflete os desafios enfrentados na busca por um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade, com a Petrobras e o Ministério de Minas e Energia defendendo a exploração de petróleo, enquanto o presidente do Ibama Rodrigo Agostinho e outros atores, incluindo a ministra Marina Silva, priorizam a preservação ambiental e uma análise minuciosa dos pedidos de licença. O embate continua, já que a Petrobras apresentou um novo pedido de licença ambiental que aguarda análise do Ibama. Nas últimas semanas de julho, **Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, afirmou estar otimista quanto à possibilidade de autorização para exploração na área.**

Queda de braço

Poder Executivo x Congresso

Conflitos entre o Executivo e o Congresso Nacional têm sido observados em relação à pauta ambiental no Brasil. A derrota na votação da medida provisória da Mata Atlântica e as dificuldades enfrentadas com o projeto do Marco Temporal são exemplos claros dessa disputa em curso.

Em um Congresso predominantemente conservador, onde 418 dos 513 deputados e 53 dos 81 senadores pertencem a partidos alinhados ao centro-direita, é esperado que haja uma distinção entre a pauta ambiental e a pauta **econômica** sustentável. Enquanto a primeira enfrenta obstáculos e desafios de bancadas, como a do agronegócio, a segunda tem maiores perspectivas de avançar nas deliberações das Casas legislativas.





Medida Provisória da Mata Atlântica

Flexibilização regulatória em debate

Aprovada em maio, a Medida Provisória (MP) 1.150/2022, conhecida como MP da Mata Atlântica, enfrentou contestações. A medida foi editada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e estendia o prazo para adesão ao programa de regularização ambiental. Durante sua tramitação na Câmara dos Deputados, o texto sofreu alterações que flexibilizaram a legislação ambiental, como a dispensa de estudo prévio de impacto ambiental e a compensação para desmatamento durante a implantação de infraestruturas. O presidente Lula sancionou a MP na forma da Lei 14.595/2023, mas vetou tais modificações. Os vetos ainda aguardam deliberação do Congresso.



Marco Temporal

Disputa sobre demarcação de terras indígenas

Em uma significativa derrota para o governo, o Projeto de Lei (PL) [2903/2023](#), que trata do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, foi aprovado na Câmara dos Deputados e está em tramitação no Senado.

A proposta restringe a demarcação de terras indígenas àquelas ocupadas pelos povos indígenas até 5 de outubro de 1988.

Críticos afirmam que o PL pode comprometer processos de demarcação em andamento e colocar em risco áreas já demarcadas após 1988.

Defensores argumentam que o marco temporal traz segurança jurídica e possibilita investimentos na produção agropecuária.



Transição ecológica

A grande aposta do governo

O Plano de Transição Ecológica é uma iniciativa do governo brasileiro liderada pelo Ministério da Fazenda para promover a sustentabilidade fiscal, social e ambiental no país, com o apoio do setor privado. O objetivo é inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil, com ênfase na transição para uma economia mais verde e sustentável.

O plano será dividido em

6

grandes eixos de atuação

Finanças Sustentáveis

Medidas relacionadas à criação do mercado de carbono, tributos sobre carbono, emissão de títulos sustentáveis e classificação de empreendimentos conforme seus impactos socioambientais.

Adensamento Tecnológico do Setor Produtivo

Fortalecimento da indústria e tecnologia, apoio a setores estratégicos e realocação de recursos para a economia verde.

Bioeconomia

Estímulo à exportação de produtos florestais, uso de compras públicas para impulsionar a inovação e plano para redução da dependência em fertilizantes de alto impacto ambiental.

Transição Energética

Medidas como eletrificação da frota de ônibus e implantação de painéis solares em áreas vulneráveis.

Economia Circular

Melhoria na gestão de resíduos, promoção da reciclagem e redução do desperdício.

Nova Infraestrutura e Serviços Públicos para Adaptação ao Clima

Ações para enfrentar as mudanças climáticas adaptando a infraestrutura e serviços públicos.



100

ações que serão implementadas

O Plano inclui mais de 100 ações que serão implementadas ao longo do mandato do presidente Lula, desde a **regulação de crédito de carbono**, passando pela **Reforma Tributária no imposto seletivo**, **biofertilizantes**, **hidrogênio verde** e **diesel verde**, até chegar à **transição ecológica do setor automotivo**.

O objetivo é entregar essas ações gradualmente ao longo do tempo, com algumas medidas sendo encaminhadas ao Congresso Nacional ainda em agosto, como a questão do mercado de créditos de carbono.

A expectativa é de que o Plano de Transição Ecológica seja uma das principais marcas do governo.



Mercado de Carbono

a primeira medida do Governo

No segundo semestre de 2023, a regulamentação de um Mercado de Carbono no Brasil será um dos focos do governo e passará por avaliação no Congresso Nacional.

O Executivo está finalizando uma minuta, que recebeu contribuições de diversos ministérios, sendo liderada pelos Ministérios da Fazenda e Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O texto será encaminhado ao Congresso como substitutivo a um dos projetos de lei em tramitação, possivelmente o [PL 412/2021](#), sob relatoria da senadora Leila Barros (PDT/DF). **O objetivo do governo é ter a regulamentação aprovada até a COP 28**, porém, caso a minuta seja enviada em agosto, restariam apenas três meses para sua aprovação nas duas Casas legislativas.



Cúpula dos países amazônicos

A Cúpula dos Países Amazônicos em Belém (PA) reunirá os chefes de Estado dos países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OCTA), incluindo Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O presidente francês, Emmanuel Macron, deve representar a Guiana Francesa, enquanto o enviado especial do clima dos EUA, John Kerry, também marcará presença. Diálogos serão realizados de 4 a 6 de agosto, seguidos pela cúpula oficial nos dias 8 e 9. O objetivo é receber contribuições da sociedade civil e elaborar posições para a COP 28 em Dubai.

Acordo Mercosul-União Europeia

O Acordo Mercosul-União Europeia enfrenta desafios no Parlamento Europeu, que busca critérios rigorosos de sustentabilidade, especialmente relacionados ao desmatamento na Amazônia. A União Europeia enviou um documento adicional com propostas para reforçar a política ambiental, mas o Brasil e os países do Mercosul têm mostrado resistência. Em resposta, o governo brasileiro elaborou uma contraproposta às exigências, que está sendo discutida no âmbito do Mercosul antes de ser apresentada à União Europeia. Para o presidente Lula, os países impulsionadores da industrialização devem arcar com maior responsabilidade nos custos da transição verde. Vale destacar que no dia 4 de julho, o Brasil assumiu a presidência do Mercosul e, em dezembro, ocupará a presidência do G20.

COP 30

A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) está programada para acontecer em Belém, capital do Pará, em novembro de 2025. Para a organização do evento, foram estabelecidos vários grupos, incluindo o Conselho Nacional COP-30 (no âmbito do Executivo federal), o Comitê Estadual para a COP-30 (no âmbito estadual), o Grupo de Trabalho COP-30 (no âmbito municipal) e a Frente Parlamentar para o Fortalecimento da COP-30 no Brasil (na Câmara dos Deputados). Esses colegiados desempenharão papéis importantes na preparação e coordenação da conferência de grande relevância global.

SHS Quadra 6
Complexo Brasil 21
Bloco E salas 502 a 509
Asa Sul Brasília DF
70.316-000
Brasil



ADWEEK

PR Agency of the Year

AdAge

Best Places to Work
A-List Agency

glassdoor

Top 10 Best Places to Work
Top Companies for Cultures & Values



Digital Agency of the Year
Global Agency of the Year

LinkedIn

Top Companies 2017

Documento produzido em 27 de julho de 2023 por:



Giovana Lopes
Research Associate
giovana.lopes@edelmanega.com



Laura Bonvini
Analista
marina.tavares@edelmanega.com



Marina Tavares
Analista
marina.tavares@edelmanega.com